

Entrevista

José António Soares Novo líder da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA) assume que a sua prioridade é definir, junto do Governo Regional, o montante que será atribuído às autarquias no âmbito do PRR e as prioridades estratégicas para o próximo quadro comunitário de apoio

Combate à Covid gera “despesas adicionais” e “problemas acrescidos” aos municípios

PAULO FAUSTINO
pfaustino@acorianooriental.pt

O que se propõe fazer em prol dos municípios açorianos e quais os principais desafios que tem à frente nos próximos anos?

Enfrentamos atualmente a maior pandemia dos últimos cem anos. Os municípios açorianos debatem-se com dificuldades acrescidas, não apenas ao nível da saúde pública, mas também no que respeita aos efeitos colaterais que esta situação pandémica tem e continuará seguramente a ter, nos próximos anos, sobre as economias locais e, consequentemente, no Estado Social.

Neste contexto - que não pode ser ignorado - dar ao Poder Local insular uma visão estratégica de desenvolvimento socioeconómico, superando as exigentes adversidades resultantes da atual crise será, sem sombra de dúvida, o grande desafio deste mandato.

Há que preparar estruturalmente o tecido empresarial açoriano para os desafios do futuro, salvaguardar os interesses das nossas famílias e apoiar quem mais precisa.

É, com este objetivo, e ciente do papel insubstituível das autarquias na concretização deste desígnio, que empenharei todos os meus esforços, na defesa intransigente dos interesses dos

Espero, muito em breve, reunir com o Governo Regional a fim de aferir a verba que cabe aos municípios açorianos, no âmbito do PRR. Após este encontro, reunirei com todos os autarcas e, em conjunto, iremos definir uma estratégia que permita a melhor gestão destes fundos

municípios açorianos, trabalhando em parceria com o Governo Regional.

Para tal, considero que a prioridade imediata é aferir o montante que será atribuído às autarquias da Região no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), bem como a definição das prioridades estratégicas de desenvolvimento para o próximo quadro comunitário de apoio (QCA), fundamental na promoção de uma efetiva coesão territorial no arquipélago.

Tem um a ideia das verbas que o PRR poderá reservar para os municípios açorianos, considera-as suficientes? Quais os principais projetos camarários ou intermunicipais que já existem?

Espero, muito em breve, reunir com o Governo Regional a fim de aferir a verba que cabe aos municípios açorianos, no âmbito do PRR. Após este encontro, reunirei com todos os autarcas e, em conjunto, iremos definir uma estratégia que permita a melhor gestão destes fundos. Todavia, só na posse de toda a informação necessária, serão tomadas decisões. Agir de outra forma seria precipitado e inconsequente. Esta não é, nunca foi, nem nunca será a minha postura. Na gestão da coisa pública, há que agir de forma refletida e estratégica. Posso e quero é desde já afirmar que não tenho quaisquer dúvidas que, no quadro da negociação com o Executivo Regional, iremos certamente encontrar um ponto de equilíbrio que salvegarde a posição do Poder Local açoriano. Da minha parte, garanto que defenderei, até à exaustão, os interesses coletivos dos nossos municípios.

O impacto da pandemia levou a que várias câmaras municipais tivessem que intervir rapidamente para acudir a casos de emergência social. Que problemas acrescidos - como já reconheceu - por causa dessa situação, enfrentam agora as autarquias que antes da pandemia não existiam?

Os municípios tiveram, desde o primeiro momento, um papel determinante no combate à pandemia.

O social democrata José António Soares, presidente da Câmara Municipal da Madalena, foi eleito recentemente, por unanimidade, presidente da AMRAA

Agindo por antecipação, sempre lado a lado dos municípios, no momento de maior vulnerabilidade, coube às autarquias o apoio social aos mais necessitados, a higienização dos espaços públicos, a conceção de planos de contingência, a criação de centros de testagem drive-thru e todo o apoio logístico às campanhas de vacinação, acudindo a todos aqueles que vinham, literalmente, bater-nos à porta.

Sendo as esferas de governança mais próximas da população, os Municípios estiveram na linha da frente no apoio às famílias e às instituições, colaborando em todas as frentes, com o voluntarismo que lhes é reconhecido.

Esta rápida intervenção para fazer face às necessidades primeiras da nossa população e acudir aos casos de emergência social, com a celeridade e eficácia necessárias culminou, naturalmente, em despesas adicionais para todas as edificações, sem exceção, o que, no momento presente, traz efetivamente problemas acrescidos no que respeita à escassez de recursos financeiros.

Os efeitos da pandemia retiraram margem financeira aos municípios para participarem nos investimentos previstos



CÂMARA MUNICIPAL DA MADALENA

Naturalmente, as autarquias mais pequenas enfrentam dificuldades acrescidas e terão maior necessidade de recorrer a empréstimos, de forma a concretizar obra

Defendo que determinadas áreas como a saúde e a educação deveriam ser da competência das Câmaras Municipais

Portanto, tenho a firme convicção que, apesar das dificuldades, conseguiremos executar muito dos fundos comunitários previstos no âmbito do PRR e do próximo quadro comunitário, fundamentais na promoção de uma efetiva coesão e equidade territorial.

O nível de endividamento dos municípios açorianos é preocupante? É possível a sua quantificação?

Caso a caso, cada um por si, os municípios fazem a gestão dos seus recursos financeiros, que é e será sempre feita em função das necessidades dos seus municípios.

Naturalmente, as autarquias mais pequenas enfrentam dificuldades acrescidas e terão maior necessidade de recorrer a empréstimos, de forma a concretizar obra, consolidando simultaneamente o seu passivo, em prol de uma sustentável gestão, sem hipotecar o futuro dos concelhos.

Posto isto, não tenho a menor dúvida que os municípios açorianos fazem uma notável administração dos meios disponíveis e que os nossos autarcas merecem todo o nosso reconhecimento pelo árduo trabalho realizado, em particular ao longo dos últimos tempos, no equilíbrio das contas públicas e da sustentabilidade financeira.

Os municípios estão disponíveis para delegarem mais competências, acom-

panhadas dos respetivos meios financeiros, às juntas de freguesia, como, de resto, reivindica a ANAFRE?

O Poder Local é, sem sombra de dúvida, um dos maiores sucessos do Portugal Democrático. Digo-o com toda a convicção: as autarquias são o pilar do desenvolvimento económico, social e cultural do nosso País. Reconhecer isto, é reconhecer a importância das edificações. É reconhecer o valor dos nossos concelhos e das nossas freguesias.

As autarquias são as portas de acesso à administração pública e é a estas que os cidadãos se dirigem, em primeiro lugar. Assim sendo, defendo que determinadas áreas como a saúde e a educação deveriam ser da competência das Câmaras Municipais. Acredito que esta descentralização de poderes seria benéfica para os municípios, devendo naturalmente ser acompanhada da respetiva transferência de receitas.

Porque descentralizar não é simplesmente delegar. É transferir competências e responsabilidades, mas também meios financeiros e recursos, para que os autarcas possam atuar, com a transparência e o escrutínio, que só a proximidade permite, com a excelência e o alcance que o nosso Povo merece.

Posto isto, e assegurando a dotação financeira dos municípios, considero que a delegação de competências nas Juntas de Freguesia - que é, desde já, feita não apenas através de meios monetários, como também de recursos humanos e meios técnicos - seria igualmente benéfica para todos.

Todavia, volto a reforçar, isto apenas será possível garantido um envelope financeiro específico para cada município, que acompanhe estas novas responsabilidades locais.

As Câmaras Municipais precisam de fundos para executar as suas competências e apoiar as suas juntas de freguesia no incrível trabalho que estas, com tão pouco, fazem.

A descentralização não pode começar em Bruxelas e acabar em São Bento, sob pena das autarquias se limitarem a meras agências do Poder Central e, para que tal não aconteça, é necessária a sua dotação financeira. ♦

no âmbito do PRR e do próximo Quadro Comunitário de Apoio?

Como já referi, as Câmaras Municipais, ao longo dos últimos meses, têm estado na primeira linha de resposta, assumindo responsabilidades que vão muito além das suas competências.

A assunção desses compromissos obrigou os municípios a alocar recursos consideráveis dos seus orçamentos, penalizando a alocação que estava anteriormente prevista.

Tudo isto traduziu-se num agravamento das despesas em áreas que não dependiam da alçada direta das autarquias, estando estas a substituir-se ao Estado Central, do qual, não obstante a delicada conjuntura, continuam a receber uma quantia insignificante - diria mesmo miserável - de FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro).

Todavia, e como já disse anteriormente, os Executivos municipais são muito hábeis na gestão das suas contas.

Raspa dos Açores jogue no que é nosso!

GANHE ATÉ 20.000€

Com o RASPA dos Açores não ganha só você, mas uma Região inteira...

Logo Instantâneo